

Evento	Reunião da Comissão de Informática
Data	27/3/2025
Horário	11h
Local	Híbrida - Presencial na Sala de Reuniões da Presidência e Virtual pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Edmundo Fraga Lopes, Desembargador Coordenador da Comissão;- Tereza Aparecida Asta Gemignani, Desembargadora;- Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Desembargadora;- João Alberto Alves Machado, Desembargador;- Eder Sivers, Desembargador;- Ricardo Antonio Plato, Desembargador;- Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;- Patricia Luchi Pesce, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- José Otávio de Souza Ferreira, Desembargador;- Marcos da Silva Pôrto, Desembargador.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- PROAD 7440/2024: Plano de Contratações de TIC para 2025;- PROAD 5784/2025: Plano de Contratações de TIC para 2026.- Outros assuntos.

O Excelentíssimo Desembargador Edmundo Fraga Lopes, Presidente da Comissão de Informática, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a participação, pontuando que, ordinariamente, haverá reuniões bimestrais.

Por ser a primeira reunião neste novo biênio e com nova composição, elencou brevemente as atribuições da Comissão, de acordo com o art. 415 do Regimento Interno.

Na sequência, o Colegiado debateu a pauta e os processos compartilhados anteriormente pelo Google Agenda.

- PROAD 7440/2024: Plano de Contratações de TIC para 2025;

- PROAD 5784/2025: Plano de Contratações de TIC para 2026.

O Desembargador Edmundo resumiu que o primeiro item trata do Plano de Contratações de TIC para 2025, já em andamento, e o segundo das previsões para 2026, os quais foram analisados conjuntamente nesta oportunidade.

O Secretário de TIC, Herbert Wittmann, explicou que o Comitê consultou as principais

áreas de negócio do Tribunal, sendo que as despesas continuadas não constam dos planos, haja vista que já integram o orçamento do corrente exercício de 2025.

Ponderou também que, com alguns possíveis cortes orçamentários para este ano de 2025, será necessário replanejar as contratações e eventuais remanejamentos.

Herbert apontou que a dinâmica para a previsão de 2026 é a mesma utilizada para 2025, sendo que as principais áreas de negócio são consultadas, para levantamento das intenções de contratação, o que é inserido na proposta orçamentária, cujo prazo se encerra em 31 de março.

Para 2025, não houve correção monetária no orçamento destinado, o que teve impacto muito forte, já que os contratos sofrem reajuste de IPCA, por exemplo, e esses valores terão que ser absorvidos pelo Tribunal.

O Desembargador Edmundo complementou que o orçamento deste ano ainda não foi sancionado pelo Presidente da República, cuja expectativa de aprovação é até o final do mês.

Herbert afirmou que a proposta em análise deve chegar o mais próximo do que é viável para este ano.

Dentre as ações, exemplificou algumas ações que não têm previsão orçamentária para 2025, como é o caso das salas de audiência, tanto para melhorar as transcrições, como para melhorar o nível de ruídos, novos equipamentos e a disposição de layout.

A Desembargadora Tereza Asta questionou a perspectiva macro, para entender para onde é direcionada a maior parte do orçamento de TI deste ano e onde está o maior corte nesse sentido, o que foi explicitado pelo servidor Herbert.

Complementando o questionamento, o Desembargador Edmundo indagou se o que não foi feito para o corrente ano de 2025, já está previsto para 2026, sendo respondido que, normalmente, na construção do plano orçamentário do ano subsequente, as aquisições que não foram efetivadas são novamente inscritas, visando a obter os recursos necessários caso não seja possível a contratação no ano corrente.

O Desembargador João Alberto indagou sobre os equipamentos para novos 15 gabinetes e Herbert informou que já foram separados pela SETIC, independentemente dos gastos

operacionais com reformas e a parte elétrica.

Questionado sobre o tema Segurança da Informação, especificamente Segurança Cibernética, Herbert aduziu que os investimentos são de alto custo, mas necessários, e que foi criada uma coordenadoria específica para tratar de segurança da informação, que fica disponível para impedir invasões, analisar os riscos aos sistemas do Regional etc.

Os invasores aproveitam-se de falhas nos softwares utilizados, sendo necessário que, quando o fabricante lançar uma correção, seja atualizada imediatamente no Tribunal, para que não fique vulnerável a ataques.

Quanto à manutenção dos equipamentos, informou que os últimos notebooks, computadores, monitores e desktops foram adquiridos com garantia de cinco anos, o que está bem balizado.

A Desembargadora Rita Penkal perguntou se o ChatJT já está incluído e das outras atualizações dos programas já existentes no TRT, com retorno do Herbert, que enviou mensagem ao público interno para buscar maior adesão, explicando que a TI está alinhada com o ChatJT. Como é uma solução nacional, é custeado pelo CSJT, não sendo necessário ter licença nem custos regionais.

A inteligência artificial, com uso mais avançado do Gemini, por exemplo, é usada por consulta. É difícil estimar quantas vezes os usuários do Regional vão utilizar. Com isso, o Google faz contratos fechados, assumindo o que passar do valor previsto inicialmente, por seis meses. Depois desse prazo contratado inicialmente pelo CSJT, é possível mensurar e lançar novos contratos já com os números demonstrados.

No Plano de Contratações, foram previstas aquisições das mais variadas, mas principalmente direcionadas a infraestrutura de TIC e Segurança da Informação e Herbert elucidou, ainda, que os cortes previstos envolveram questões que não afetam a continuidade da prestação dos serviços de TIC no Tribunal, tópicos como equipamentos de som e multimídia de salas de audiência e salas de sessão, *wifi* nos Fóruns e Varas trabalhistas.

O Desembargador Edmundo propôs que seja apresentada a proposta de sugestão de aprovação dos Planos de Contratações de soluções de TIC referentes aos anos de 2025 e 2026, condicionada à disponibilidade orçamentária para ambos os PROADs.

A Comissão concordou e aprovou por unanimidade, sendo que a sugestão será elevada à Presidência, com o registro desta ata.

- **Outros assuntos:**

A Desembargadora Rita Penkal enviou antecipadamente algumas dúvidas, para as quais o Desembargador Edmundo requereu mais detalhamento ao Secretário de TIC.

Herbert pontuou que, entre os diretores de TIC, há uma licitação aberta para solução tecnológica, podendo disputar o melhor preço entre Google e Microsoft. Para o usuário, as ferramentas são muito equivalentes.

A Desembargadora Tereza Asta ressaltou a importância de um bom editor de texto para o desempenho das atividades jurisdicionais, pois exigem alta concentração, sendo que neste sentido o *LibreOffice* atrapalha, por mostrar na tela desnecessários gráficos e opções dinâmicas, que desviam a atenção de quem está redigindo.

Herbert explicou que a edição conjunta do Google Docs é uma vantagem, por exemplo, em relação ao *LibreOffice*, sendo que o Docs como editor é muito parecido com o Microsoft Word. Especificou que a compatibilidade do Docs e do Word é de 99%.

Sugeriu que haja uma campanha institucional para uso de apenas um tipo de ferramenta, para que seja unificado e não desconfigure os documentos de trabalho.

O Desembargador João Alberto, a Desembargadora Tereza Asta e a Desembargadora Rita Penkal solicitaram que sejam realizadas capacitações pela Escola Judicial, para explicações sobre como migrar todo o histórico de documentos para a mesma ferramenta e utilizar apenas um.

O Desembargador Edmundo sugeriu à Administração, com anuência da Comissão, que seja realizada campanha de conscientização para migrar do LibreOffice para o Google Drive e Google Docs.

- **Implantação do HorusJud:**

Herbert explicou que o HorusJud foi feito pelo TRT-8, que tem outro porte, o que dificultou sobremaneira sua implantação neste Regional, principalmente por conta do tempo necessário para atualização dos painéis de dados. Atualmente, após um trabalho de

adaptação da solução ao porte do Tribunal, que se iniciou em outubro de 2025, está liberada para homologação da Corregedoria.

A Desembargadora Rita Penkal e o Desembargador Edmundo registraram estar muito satisfeitos com a implantação, aguardando a futura homologação.

- ExePJe:

Quanto ao ExePJe, desde o começo desta gestão do Tribunal, uma das prioridades foi essa. Havia cerca de 80 *issues* registradas com sugestões de melhoria e correção de erros. Para possibilitar o devido atendimento, há servidores alocados para trabalhar no aperfeiçoamento, na mesma base da equipe que construiu o ExePJe.

- Acesso ao DataCor do CSJT:

Herbert explicou que todos os usuários já têm acesso ao painel do DataCor.

A Desembargadora Rita explicou que o painel dá orientação e visão geral de tudo, feito pela Corregedoria-Geral, com fácil manuseio e compreensão.

Dentro da Intranet, em painéis de PowerBI, há a opção para acessar o DataCor, ficando ciente a Comissão.

- Atualização da lista de processos arquivados pendentes de remoção no BNDT, a pedido da CGJT:

No final da última gestão, Herbert explicou que foi feito mutirão, com planilha para identificar onde estavam os processos, sendo distribuídos para as respectivas Varas, com prazo até dezembro para sanar as pendências.

Atualmente, há a necessidade de uma nova carga de dados do CSJT, para saber quais processos ainda aparecem. Herbert já solicitou ao CSJT, reiteradamente, desde janeiro de 2025, uma planilha atualizada e está no aguardo, cuja previsão é para abril de 2025.

Esgotados os assuntos a tratar, o Excelentíssimo Desembargador agradeceu a presença de todos, encerrando o encontro às 12h e agendando a próxima reunião para 29 de maio, às 11h, aduzindo que, se houver pauta maior, o início será às 10h30.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	27/3/2025
Ata aprovada por	Desembargador Coordenador da Comissão de Informática, Edmundo Fraga Lopes	Em	28/3/2025